

# Consolidação de Contas 2018



Relatório de Atividades e de Gestão



# ÍNDICE

1. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO
2. BALANÇO CONSOLIDADO
3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA
4. FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS
5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
6. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



Consolidação de  
Contas  
2018   
Relatório de Atividades e de Gestão

## 1. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Consolidação de  
Contas  
2018   
Relatório de Atividades e de Gestão

## 1. INTRODUÇÃO

O Município de Matosinhos, tal como muito outros em Portugal, nos últimos 20 anos, recorreu a formas organizacionais diversas, nomeadamente de natureza empresarial, numa lógica de grupo municipal, tendo constituído duas empresas municipais para o desenvolvimento das suas atribuições e competências: em 1999, a MatosinhosHabit – MH, Empresa Municipal de Habitação de Matosinhos, EM, que, sob a tutela da Câmara Municipal Matosinhos, teria como objeto social a gestão patrimonial, social e financeira dos empreendimentos e outros fogos do património da Empresa e do Município; e, no ano 2002, a MS – Matosinhos Sport, Empresa Municipal de Gestão e Equipamentos Desportivos e Lazer, E.M., que visaria assegurar o planeamento, a administração, a gestão e a manutenção de espaços e equipamentos desportivos da autarquia, bem como de promover e realizar atividades de animação desportiva e programas municipais de fomento desportivo.

Neste contexto se compreende que a análise das contas individuais não permite uma visão global da situação financeira do grupo municipal. Atendendo à necessidade de avaliação integrada do conjunto das atividades desenvolvidas e à necessidade de objetividade e transparência da informação, a apresentação de contas consolidadas torna-se imperativa.

Esta ferramenta de gestão tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem apropriada e verdadeira da situação financeira e dos resultados do grupo municipal, permitindo uma análise e avaliação das políticas públicas locais.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, determina a obrigatoriedade da consolidação de contas. De facto, o n.º 1 do artigo 75.º preconiza que “Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”.

## 2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

De acordo com o estabelecido no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades. A existência ou presunção de controlo afere-se relativamente às entidades de natureza empresarial, pela sua classificação como empresas locais e relativamente a entidades de outra natureza, pela sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado

Ponderados todos estes fatores, concluiu-se que grupo autárquico engloba o Município de Matosinhos e as duas empresas municipais acima mencionadas: MatosinhosHabit - MH, EM e MS - Matosinhos Sport, EM, S.A..

A Matosinhos Sport, empresa municipal de desporto, foi constituída com o objetivo de proporcionar um serviço de qualidade na gestão e manutenção dos equipamentos desportivos e, através dos programas municipais de fomento desportivo, incentivar a prática desportiva da generalidade dos cidadãos. Partindo deste pressuposto e procurando incrementar, melhorar e diversificar continuamente a oferta desportiva, a Matosinhos Sport, hoje denominada MS - Matosinhos Sport, Empresa Municipal de Gestão e Equipamentos Desportivos e de Lazer, E.M., S.A., apoia, de forma criteriosa, o fomento desportivo e colabora ativamente com a Câmara Municipal de Matosinhos no campo do associativismo desportivo.

A MatosinhosHabit-MH, Empresa Municipal de Habitação de Matosinhos, EM, tem como objeto social a gestão patrimonial, social e financeira dos empreendimentos e outros fogos do património da empresa e do município, a promoção da conservação e da manutenção do parque habitacional privado, em sede designadamente de vistorias de salubridade, sendo responsável pela gestão de parque habitacional propriedade da Câmara Municipal de Matosinhos num total de 4321 fogos distribuídos por todas as freguesias do concelho.

## 3. MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

O método adotado na consolidação de contas do município de Matosinhos foi o método de consolidação integral, o qual consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas.

## 4. ANÁLISE PATRIMONIAL

### 4.1. Enquadramento macroeconómico

A atividade económica em Portugal, já em 2008, mas sobretudo a partir de 2009, foi fortemente condicionada pela propagação dos efeitos da crise financeira e económica internacional, que se fez sentir, igualmente, nos principais parceiros comerciais do nosso país.

Inevitavelmente, a quebra das receitas do Estado e, em geral, o funcionamento dos estabilizadores automáticos, a par das medidas, concertadas entre os vários Estados-membros da União Europeia, de estímulo à economia e de apoio às empresas, aos desempregados e às famílias, tiveram consequências negativas sobre as contas públicas de todos os países. Portugal não foi exceção, pelo que o processo de consolidação orçamental foi interrompido em 2008, em grande parte devido a uma significativa diminuição das receitas fiscais.

A economia portuguesa esteve desde 2011, e até maio de 2014, sob influência do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) acordado entre o governo português e o FMI, a Comissão Europeia e o BCE. Este programa incorporou uma estratégia que visava corrigir os desequilíbrios macroeconómicos e financeiros e proceder a uma alteração estrutural da economia portuguesa, criando as condições para um crescimento económico sustentado e gerador de emprego. O súbito e substancial agravamento das condições de financiamento da economia portuguesa em 2011, conjugada com altos níveis de endividamento, impôs substituir financiamento privado por financiamento oficial. A consolidação orçamental, conjugada com um rápido ajustamento por parte das empresas e das famílias portuguesas, conduziu a uma forte contração da procura interna tanto do lado do consumo (público e privado), como, e especialmente, do lado do investimento. Este efeito de compressão da procura interna resultou num ajustamento mais rápido que o previsto dos saldos negativos da balança corrente, quer por via da redução das importações quer pelo aumento das exportações, em parte associado ao esforço das empresas portuguesas na procura de novos mercados para colocação dos seus produtos, sendo de destacar o contributo relevante de empresas surgidas ao longo da última década.

Apesar do contexto internacional desfavorável em que foi implementado o PAEF, há que registar uma correção assinalável dos desequilíbrios económicos internos e externos da economia portuguesa. Em particular, assinala-se a consolidação estrutural muito significativa das contas públicas, a melhoria do saldo das contas externas, traduzida numa capacidade líquida de financiamento da economia portuguesa, bem como uma reafetação de recursos no sentido dos setores produtores de bens e serviços transacionáveis.

O ano 2014 ficou marcado por um aumento de 0,9% do PIB (face a -1,6% em 2013), a primeira variação positiva registada desde 2010. Em 2015 manteve-se a recuperação gradual da atividade económica iniciada em 2013, registando-se um crescimento do PIB de 1,5%, em termos reais, caracterizada, essencialmente, por um maior crescimento da procura interna, em particular do consumo privado, e por

uma ligeira desaceleração das exportações. Já no ano 2016, a atividade económica apresentou um crescimento moderado, prolongando o perfil de desaceleração iniciado na segunda metade de 2015. Mas, a evolução do mercado de trabalho em 2016 caracterizou-se por um aumento do emprego acima do Valor Acrescentado Bruto, mantendo-se o perfil de recuperação verificado a partir do 2.º trimestre de 2013. Embora permaneça em níveis elevados, observou-se uma redução de 1,3 p.p. da taxa de desemprego, num quadro de dinamismo salarial superior ao registado nos anos anteriores.

Em 2017 o PIB cresceu em termos reais 2,7%, valor próximo do observado na média da área do euro. A economia portuguesa beneficiou de um enquadramento externo muito favorável. Daí se compreenda que os motores da aceleração da economia portuguesa em 2017 tenham sido as exportações e o investimento, composição especialmente favorável na perspetiva da correção de alguns problemas estruturais que persistem na economia portuguesa. No mercado de trabalho, há a registar o aumento da população ativa, após seis anos consecutivos de queda. O emprego aumentou 3,3%, o crescimento anual mais elevado desde o início da área do euro, mas a produtividade por trabalhador no conjunto da economia tem diminuído. A taxa de desemprego reduziu-se de 11,1% para 8,9%, valor este ligeiramente inferior ao da média da área do euro.

Já em 2018 o PIB cresceu, em termos reais, 2,1%, valor que ficou aquém do registado no ano anterior, e 0,2 p.p. inferior à estimativa projetada para a economia portuguesa publicada no 1.º trimestre de 2018 pelo Banco de Portugal, num contexto de desaceleração generalizada na área do euro, refletindo essencialmente um crescimento do emprego. Há, assim, a realçar que a economia portuguesa registou em 2018 o quinto ano consecutivo de expansão económica. O processo de ajustamento macroeconómico prosseguiu, designadamente na sua vertente de redução do endividamento dos vários setores da economia e, por esta via, dos desequilíbrios acumulados no passado. Tal ajustamento tem-se também caracterizado por uma maior abertura da economia ao exterior, mas não por um aumento da produtividade. O crescimento dos salários conjugado com uma evolução desfavorável da produtividade tem-se traduzido num perfil ascendente dos custos do trabalho por unidade produzida, o qual, por sua vez, tem colocado alguma pressão sobre os preços. Esta pressão tem sido, porém, parcialmente acomodada por uma redução das margens.

A atividade económica abrandou em 2018, num contexto de desaceleração generalizada na área do euro. Com efeito, verificou-se uma deterioração da envolvente externa global associada designadamente a receios de um recrudescimento do protecionismo, com efeitos penalizadores sobre os fluxos de comércio. No caso da economia portuguesa, a desaceleração face ao ano anterior foi determinada por um menor crescimento das exportações e, em menor grau, do investimento empresarial. Em contrapartida, o consumo privado continuou a crescer a um ritmo robusto, num quadro de manutenção de condições favoráveis no mercado de trabalho. As importações evidenciaram um perfil de desaceleração, mas menos vincado do que as exportações, o que implicou uma diminuição do excedente da balança de bens e

serviços. Esta evolução exige uma atenção particular, uma vez que o endividamento externo da economia portuguesa permanece num nível elevado. O aumento do potencial de crescimento da economia é crucial para assegurar a manutenção de um perfil ascendente do consumo privado e de uma maior acumulação de capital, sem comprometer a necessária redução do endividamento. Neste contexto, a retoma de um perfil ascendente da produtividade constitui um dos desafios cruciais enfrentados pela economia portuguesa.

Nos últimos dois anos, o investimento público voltou a uma trajetória de crescimento, porém a partir de níveis historicamente baixos. O processo de retoma do investimento público deverá ser guiado por critérios de seletividade, tendo em vista o respetivo impacto sobre o potencial de crescimento da economia. O rácio da dívida pública relativamente ao PIB reduziu-se no período recente, mas permanece entre os mais elevados da área do euro. Neste contexto, saliente-se a importância de esforços adicionais de consolidação orçamental, tendo em vista a redução da dívida pública a um ritmo mais forte, e fazer face a pressões futuras do lado da despesa associadas ao envelhecimento populacional e à retoma do investimento público.

Em 2018, as administrações públicas registaram um défice de 0,5% do PIB, o que corresponde a um nível historicamente baixo.

Os encargos com pensões de velhice e sobrevivência cresceram 3,3% em 2018: apesar da quase estabilização do número de pensionistas, quer no regime geral, quer na Caixa Geral de Aposentações. Assim, o crescimento da despesa decorreu do aumento da pensão média, em resultado da aplicação das regras definidas para a atualização das pensões e das subidas extraordinárias das pensões mais baixas em agosto de 2017 e em agosto de 2018. Em contrapartida, os encargos com o pagamento de subsídios de desemprego diminuíram 6,0% em 2018, em linha com a significativa redução do número de desempregados. Assim, em termos estruturais, o peso deste agregado no PIB permaneceu constante, refletindo dois efeitos contrários que se compensaram.

A performance apresentada pelo Município de Matosinhos é globalmente positiva, evidenciando que a Grupo Autárquico tem conseguido manter o equilíbrio financeiro dos últimos anos.

## **4.2 Análise do Balanço**

O Balanço pretende retratar a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do Grupo Autárquico à data de encerramento do exercício 2018, dando a conhecer, por um lado, o Ativo do Grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e Capital Próprio do Grupo que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

A estrutura do Ativo reparte-se em Imobilizado – ou Ativo Fixo – e em Ativo Circulante. Por seu lado, a estrutura do Passivo é repartida entre o Capital Próprio ou Fundos Próprios e o Passivo.

## Quadro n.º 1

### Síntese da Estrutura do Balanço Consolidado

(Un: Euros)

Descrição	2018	
	Valor	Peso %
<b>ATIVO</b>		
IMOBILIZADO	634 223 589,82	86,8
<i>Bens de Domínio Público</i>	67 723 047,13	9,3
<i>Imobilizações Incorpóreas</i>	284 619,44	0,0
<i>Imobilizações Corpóreas</i>	562 427 878,17	77,0
<i>Investimentos Financeiros</i>	3 788 045,08	0,5
CIRCULANTE	96 197 646,10	13,2
<i>Existências</i>	169 269,31	0,0
<i>Dívidas de Terceiros - Médio/ Longo Prazos</i>	8 154 856,57	1,1
<i>Dívidas de Terceiros - Curto Prazo</i>	9 024 033,60	1,2
<i>Títulos Negociáveis</i>	0,00	0,0
<i>Disponibilidades</i>	39 019 356,12	5,3
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	39 830 130,50	5,5
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>730 421 235,92</b>	<b>100,0</b>
<b>FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>		
FUNDOS PRÓPRIOS	533 575 228,56	73,1
<i>Património</i>	478 433 225,41	65,5
<i>Ajustamento partes Capital</i>	0,00	0,0
<i>Reservas</i>	18 935 700,85	2,6
<i>Resultados Transitados</i>	31 297 510,95	4,3
<i>Resultado Líquido do Exercício</i>	4 908 791,35	0,7
PASSIVO	196 846 007,36	26,9
<i>Provisões para riscos e encargos</i>	7 454 256,16	1,0
<i>Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo</i>	40 617 537,30	5,6
<i>Dívidas a Terceiros - Curto Prazo</i>	11 282 077,81	1,5
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	137 492 136,09	18,8
<b>TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>	<b>730 421 235,92</b>	<b>100,0</b>

O Balanço Consolidado quando comparado com o Balanço do Município de Matosinhos permite verificar o forte peso do enquanto entidade-mãe, cuja representatividade é superior a 99,6% e, como tal, responsável pela apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do grupo.

Através da análise da estrutura do **Ativo**, podemos constatar que peso relativo do Ativo Fixo é de 86,8%, muito semelhante aliás ao peso em termos das contas individuais do município de Matosinhos (87,1%). Em termos de grupo, o Município assume aqui uma posição dominante, responsável em 99,9% por este agregado. Em termos de Ativo Circulante, que na estrutura do ativo consolidado tem um peso de apenas 13,2%, a posição do Município apresenta um peso ligeiramente menor (97,7%)

No que diz respeito à estrutura do **Passivo**, e tendo em consideração que a dívida relativa a empréstimos de médio e longo prazo que será paga durante o ano 2019 (amortizações de capital) se encontra relevada na rubrica de Dívidas a Terceiros de Curto Prazo e que representa 5,2 milhões de euros, poderemos afirmar que a dívida de maior expressão é, sem qualquer margem para dúvida, a de médio/longo prazo. Apesar da dívida global ter assistido a um decréscimo entre 2017 e 2018 na ordem dos 9,7 milhões de euros, o que representa uma redução face ao ano anterior de 15,7%, consolidando a tendência verificada nos últimos anos, a dívida a terceiros de médio e longo prazo sofreu um decréscimo face a 2017 muito mais acentuado que a de curto prazo (cerca de 18,6% o que corresponde a 9,3 milhões de euros), essencialmente devido ao termo do período de utilização dos empréstimos anteriormente contratados pelo Município e, por outro lado, à amortização extraordinária de empréstimos por parte do Município acrescida das amortizações ordinárias. Relativamente às Dívidas a Terceiros de curto prazo, podemos constatar que, apesar do aumento do serviço da dívida a pagar em 2019 face à ocorrida em 2018 e que se encontra refletida na conta 2312, sofreram um decréscimo de 3,4% explicada, essencialmente, pela diminuição nas contas de Fornecedores, Fornecedores de Imobilizado e Outros Credores.

Já na estrutura dos **Fundos Próprios** consolidados, que representam, no final do exercício, 533.575.228,56 euros, o destaque vai para a rubrica correspondente ao Património do grupo municipal que tem um peso de 89,7% neste agregado.

#### 4.3 Análise da Demonstração de Resultados

Com a Demonstração de Resultados pretende-se aferir o grau de eficiência económica atingido, de forma a prognosticar a capacidade do grupo municipal em gerar fluxos de caixa.

Analisando a estrutura dos **Custos e Perdas** do grupo autárquico, podemos desde logo constatar que são os Custos com Pessoal, os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE's) e as Amortizações do Exercício os que mais contribuem para o seu total. Só estes três agregados são responsáveis por 74,4% do total de custos, sendo o peso dos FSE's superior ao das amortizações em 9,2 p.p., mas inferior ao dos custos com pessoal em 7,2 p.p. .

Do lado dos **Proveitos** há que salientar o peso que os Impostos e Taxas assumem no total dos proveitos, sendo responsáveis, por si só, por 48,3% dos proveitos do grupo municipal. Convirá, a este nível, realçar a consolidação da retoma deste agregado, iniciada já em 2015 (que assistiu, nestes quatro últimos anos, a um aumento de 49%, o que corresponde a cerca de 20 milhões de euros), contrariando a forte queda ocorrida entre 2012 e 2014, em que os impostos e taxas caíram, nesses dois anos, 13 milhões de euros fruto da tendência fortemente decrescente de todos os impostos cuja receita reverte para os municípios, com exceção do IMI. O IMI, fruto do processo de avaliação geral dos prédios urbanos ocorrida, assistiu entre 2012 e 2013 a uma diminuição de 2,52 milhões de euros. Entre 2017 e 2018, se, por um lado, há a registar um crescimento importante dos proveitos decorrentes do IUC, do IMT do IMI, não obstante a deliberação dos órgãos colegiais, em dezembro de 2017, de fixação da taxa do IMI para os prédios urbanos em 0,40% (em vez dos 0,425% anteriores), por outro, teremos igualmente que registar a quebra na derrama, na ordem dos 10,7%.

Os Proveitos e Ganhos Extraordinários assistiram, por seu lado, a um crescimento de cerca de 15% face ao ano anterior, explicado essencialmente pelo aumento registado nas contas “Ganhos em imobilizações” através de permutas e doações de imobilizado (no montante de 605.918,38 euros) e “Redução de Provisões para cobrança duvidosa” que registou uma variação de 785.900,22 euros face a 2017.

## Quadro n.º 2

### Síntese da Demonstração de Resultados

(Un: Euros)

Descrição	2018	
	Valor	Peso %
<b>CUSTOS E PERDAS</b>		
Custo da Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	831 025,20	0,7
Fornecimentos e Serviços Externos	30 753 608,86	25,5
Custos com o Pessoal	39 461 483,17	32,7
Transferências e Subs. Correntes Concedidos e Prestações Sociais	18 006 918,74	14,9
Amortizações do Exercício	19 692 893,10	16,3
Provisões do Exercício	211 281,84	0,2
Outros Custos Operacionais	2 159 440,67	1,8
<b>(A) Custos e Perdas Operacionais</b>	<b>111 116 651,58</b>	<b>92,0</b>
Custos e Perdas Financeiros	798 309,61	0,7
<b>(C) Custos e Perdas Correntes</b>	<b>111 914 961,19</b>	<b>92,6</b>
Custos e Perdas Extraordinários	8 923 017,24	7,4
<b>Total dos Custos e Perdas</b>	<b>120 837 978,43</b>	<b>100,0</b>

PROVEITOS E GANHOS		
Vendas e Prestações de Serviços	22 470 259,58	17,9
Impostos e Taxas	60 684 708,81	48,3
Variação da Produção	0,00	0,0
Trabalhos para a Própria Entidade	0,00	0,0
Proveitos Suplementares	6 172,97	0,0
Transferências e Subsídios Obtidos	32 075 608,85	25,5
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0,00	0,0
<b>(B) Proveitos e Ganhos Operacionais</b>	<b>115 236 750,21</b>	<b>91,6</b>
Proveitos e Ganhos Financeiros	267 226,77	0,2
<b>(D) Proveitos e Ganhos Correntes</b>	<b>115 503 976,98</b>	<b>91,9</b>
Proveitos e Ganhos Extraordinários	10 242 792,80	8,1
<b>Total dos Proveitos e Ganhos</b>	<b>125 746 769,78</b>	<b>100,0</b>
<b>Resultados Operacionais: (B) - (A)</b>	<b>4 120 098,63</b>	
<b>Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)</b>	<b>-531 082,84</b>	
<b>Resultados Correntes: (D) - (C)</b>	<b>3 589 015,79</b>	
<b>Resultados Extraordinários:</b>	<b>1 319 775,56</b>	
<b>Resultado Líquido do Exercício: (F) - (E)</b>	<b>4 908 791,35</b>	

#### 4.4 Dívida do Grupo Municipal

O recurso ao endividamento autárquico está sempre dependente de duas variáveis: do nível de receitas arrecadadas e do volume de investimento a realizar.

Apesar da receita efetiva ter sido de cerca de 123,7 milhões de euros, o recurso ao financiamento bancário tem-se revelado uma importante estratégia para fazer face às despesas de investimento do grupo municipal.

## Quadro n.º 3

## Evolução do Stock da Dívida

(Un: Euros)

Descrição	2015	2016	2017	2018
1 - Dívida decorrente de empréstimos de m/l prazo no início do período	39 568 401,06	42 277 881,87	51 477 467,45	53 304 596,09
2 - Empréstimos contraídos e utilizados no período	6 541 538,29	14 276 571,85	6 703 102,01	1 889 997,70
3 - Juros Capitalizados	0,00	0,00	0,00	0,00
4 - Amortizações do período	3 832 057,48	5 076 986,27	4 875 973,37	9 538 830,16
5 - Retificação de anos anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Dívida decorrente de empréstimos de m/l prazo no final do período (1+2+3-4)</b>	<b>42 277 881,87</b>	<b>51 477 467,45</b>	<b>53 304 596,09</b>	<b>45 655 763,63</b>
<b>Taxa de Crescimento da Dívida</b>	<b>6,8%</b>	<b>21,8%</b>	<b>3,5%</b>	<b>-14,3%</b>

O quadro anterior espelha a evolução da dívida decorrente de empréstimos de médio e longo prazo do grupo municipal, e que se confina apenas ao município, nos últimos quatro anos, verificando-se, nos penúltimos três anos, e ao contrário do que até aí vinha sucedendo, a uma tendência ascendente. De facto, a dívida passou, de 46.834.400,59 euros, em 2011, para 39.568.401,06 euros em 2014, o que representa uma redução na ordem dos 15,5%, tendo depois incrementado para 42.277.881,87 euros em 2015, 51.477.467,45 euros em 2016, e 53.304.596,09 euros em 2017. Esta inversão da tendência é fruto de uma utilização mais intensiva dos contratos de empréstimo previamente contratados, utilização esta superior ao valor registado das amortizações do período. Em 2018, em virtude do montante de empréstimos utilizados ter sido bastante inferior ao valor amortizado, verificou-se à reversão dessa situação, assistindo-se a um decréscimo acentuado do capital em dívida no final do ano (menos 14,3% do que o montante registado em 31/12/2017).

## 4.2 Indicadores de Gestão

### 4.2.1 Indicadores de Natureza Patrimonial

Os indicadores patrimoniais são geralmente utilizados como sinais da evolução da situação financeira de uma entidade e como determinantes na apreciação da sua capacidade de endividamento. No entanto, no caso das autarquias, há que ter em atenção que o ativo engloba uma série de bens que não poderão servir de garantia de endividamento perante terceiros por não serem hipotecáveis ou alienáveis, nomeadamente os bens de domínio público (que representam cerca de 9% quer do ativo total do

Município de Matosinhos quer do ativo total do grupo autárquico) e, eventualmente, bens privados necessários à prestação de utilidades públicas.

Apesar destas limitações, estes indicadores, apresentados no quadro n.º 4 relativamente ao grupo municipal, permitem-nos ter uma perspetiva da tendência evolutiva dos diversos componentes patrimoniais.

**Quadro n.º 4**

Indicadores	2018
<b>Estrutura do Ativo</b>	
Ativo fixo / Ativo Total	86,8%
Ativo Circulante / Ativo Total	13,2%
Ativo Fixo / Ativo Circulante	659,3%
<b>Estrutura do Passivo</b>	
Passivo longo prazo / Passivo Total	20,6%
Passivo curto prazo / Passivo Total	5,7%
Passivo longo prazo / Passivo curto prazo	360,0%
<b>Análise do Ativo Fixo</b>	
Ativo fixo / Endividamento a médio longo prazo	15,61
Amortizações Acumuladas / Imobilizado Bruto	39,2%
<b>Análise do Passivo Exigível</b>	
- Coeficiente de endividamento a curto prazo	
Dívida de curto prazo / Património Líquido	2,1%
- Coeficiente de endividamento a longo prazo	
Dívida de médio longo prazo / Património Líquido	7,6%
<b>Índices de Liquidez</b>	
Disponibilidades / Exigível a curto prazo	345,9%
Ativo circulante / Exigível a curto prazo	852,7%
<b>Índice de Solvência</b>	
Dívidas a terceiros / Ativo total	7,1%

Pela análise dos rácios da estrutura do ativo, podemos ver que o peso do ativo circulante no total do ativo continua ténue, embora com uma tendência crescente registada desde 2015, tendo estabilizado, em 2017 e 2018, nos 13,2%. O inverso se passa com o ativo fixo, que vem reforçando o seu peso no total do ativo desde 2015, tendo alcançado em 2017 o patamar dos 86,8€ que manteve em 2018. De facto, o peso do ativo fixo sobre o circulante embora se mantenha elevado (659,3%), assistiu a uma estabilização.

No que se refere à estrutura do passivo, o passivo de curto prazo assume, no passivo total do grupo municipal, cerca de um quarto do peso do passivo de médio e longo prazo, mantendo a tendência, que desde 2011, tem sido descendente. Se a dívida relativa a empréstimos de médio e longo prazo que será paga durante o ano 2019 (amortizações de capital) não se encontrasse relevada na rubrica de Dívidas de Terceiros a Curto Prazo, o passivo de curto prazo seria inferior em 5,2 milhões de euros, perfazendo o montante de 6,1 milhões de euros.

Isto mesmo pode ser constatado também nos rácios referentes à análise do passivo exigível: o coeficiente de endividamento de curto prazo é inferior ao coeficiente de endividamento de médio e longo prazo em 5,5 p.p. .

O Ativo Fixo constitui basicamente o investimento direto do grupo municipal, líquido das depreciações que entretanto vão ocorrendo. A relação do ativo fixo com o endividamento a médio e longo prazo, permite-nos aferir da percentagem do imobilizado avaliado que está a ser financiado por endividamento a médio e longo prazo, traduzindo, igualmente, a garantia, em bens, aos seus financiadores. Analisado o rácio encontrado, verifica-se que o ativo fixo supera o endividamento de médio e longo prazo em cerca de 15 vezes e meia. No entanto, e como já foi atrás referido, há que ter algum cuidado ao analisá-lo, já que cerca de 9% do imobilizado avaliado do grupo municipal são bens de domínio público e existem também muitos outros bens privados necessários à prestação de utilidades públicas. Portanto, este indicador de solvabilidade deverá ser encarado como meramente indicativo.

A relação entre as Amortizações Acumuladas e o Imobilizado Bruto aponta o coeficiente de envelhecimento do imobilizado; se o aumento das amortizações acumuladas for superior ao aumento do imobilizado bruto a tendência será para o seu envelhecimento. Em 2018, este indicador assumiu, para o grupo municipal, o valor de 39,2%, ligeiramente superior ao verificado em 2017 (37,8%), em 2016 (36,42%), em 2015 (34,4%) e ao registado em 2014 (33,4%). Esta propensão, que se vem manifestando já desde 2010, merece uma leitura atenta e a tomada de medidas adequadas.

Passando agora à análise dos índices de liquidez, e particularizando o índice de liquidez imediata, conclui-se que, no final de 2018, as disponibilidades, em termos de grupo municipal, eram bastante superiores ao passivo de curto prazo (este representava menos de um terço do montante de disponibilidades). Se a este retirarmos a dívida relativa a empréstimos de médio e longo prazo que será paga durante o ano 2019,

teríamos uma situação em que as disponibilidades do grupo superavam quase seis vezes e meia a dívida de curto prazo, ou seja, em cerca de 33 milhões de euros.

Da análise do índice de solvência, podemos corroborar a manutenção de uma situação financeira positiva do grupo: de facto, o peso das dívidas a terceiros no Ativo Total é de apenas 7,1%, situando-se abaixo do observado em 2017 (8,3%) e em 2016 (8,7%), e ligeiramente inferior ao registado nos 2 anos anteriores (2014 e 2015), fruto do término do período de utilização dos empréstimos de médio e longo prazo anteriormente contratados. Aliás, será de referir que no contexto do grupo municipal, tem-se assistido, desde 2010, a uma melhoria considerável deste índice: quer em 2015, quer em 2014, apresentava um valor de 7,6%; em 2013 de 8,1%; em 2012 de 9,1%; em 2011, de 11,7%; e no ano 2010 de 12,7%.

Finalmente, haverá ainda que fazer referência aos Índices de Solvabilidade que traduzem a capacidade do grupo autárquico, como um todo, solver as suas obrigações numa perspetiva de médio/longo prazo, isto é, trata-se de uma questão de liquidez na ótica da capacidade de continuar a gerar recursos financeiros suficientes para liquidar as dívidas nos prazos devidos. Em suma, medem a relação entre os capitais próprios e os capitais alheios de uma entidade e, portanto, um valor baixo destes indicadores é sinónimo de fragilidade económico-financeira, podendo representar a inviabilidade da mesma a médio/longo prazo. Poderão ser vistos sob três óticas, assumindo, em todas elas, valores muito confortáveis, e cuja tendência se tem vindo a revelar, desde 2012, de consolidação:

**Quadro n.º 5**

<b>Solvabilidade I</b>	
Fundo Patrimonial / Passivo	271,1%
<b>Solvabilidade II</b>	
Ativo Líquido / Passivo	371,1%
<b>Solvabilidade Adaptado</b>	
Ativo Líquido s/ BDPub / Passivo	336,7%

Solvabilidade I – relaciona os Fundos Próprios com o Passivo;

Solvabilidade II – relaciona o Ativo Líquido com o Passivo (indica a solvabilidade em sentido estrito e deve ser superior a 100%, caso contrário evidencia uma situação líquida negativa);

Solvabilidade Adaptado - relaciona o Ativo Líquido expurgado dos bens de domínio público com o Passivo.

## 5. MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

O mapa de fluxos de caixa consolidado funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental do grupo municipal, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais, quer de operações de tesouraria.

O resultado dos movimentos financeiros ocorridos no grupo municipal como um todo durante o ano 2018, aparece refletido no Quadro n.º 6, verificando-se que as entradas de fundos corresponderam a 132.169.445,43 euros, dos quais 123.736.617,10 euros são provenientes de receitas orçamentais e 8.432.828,33 euros resultantes de Operações de Tesouraria.

**Quadro n.º 6**  
**Resumo dos Fluxos de Caixa**

(Un: Euros)

Recebimentos		Pagamentos	
<b>Saldo da Gerência anterior</b>	<b>37 010 536,89</b>	<b>Despesas Orçamentais</b>	<b>121 782 713,12</b>
Execução Orçamental	32 823 272,36	Correntes	93 752 262,33
Operações de Tesouraria	4 187 264,53	Capital	28 030 450,79
	<b>123 736 617,10</b>		
<b>Receitas Orçamentais</b>	<b>617,10</b>	<b>Operações de Tesouraria</b>	<b>8 377 913,08</b>
	117 194		
Correntes	028,17		
Capital	6 386 570,60	<b>Saldo para a Gerência Seguinte</b>	<b>39 019 356,12</b>
Outras	156 018,33	Execução Orçamental	34 777 176,34
		Operações de Tesouraria	4 242 179,78
<b>Operações de Tesouraria</b>	<b>8 432 828,33</b>		
<b>Total</b>	<b>169 179 982,32</b>	<b>Total</b>	<b>169 179 982,32</b>

Desta forma, sendo a Despesa Global, em termos orçamentais (121.782.713,12 euros), inferior em 1.953.903,98 euros à receita efetivamente cobrada, e existindo um saldo inicial de 32.823.272,36 euros, o saldo a transitar para a gerência seguinte será de 34.777.176,34 euros. A este saldo acrescem 4.242.179,78 euros como saldo de operações de tesouraria.

Da análise do quadro podemos verificar que, no ano de 2018, o fluxo financeiro de entradas em cofre e destinados a outras entidades foi de 8.432.828,33 euros, enquanto que os movimentos de saída totalizaram o valor de 8.377.913,08 euros. Estas Operações de Tesouraria (OT) são operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial. São consideradas OT as cobranças que os serviços municipais realizam para terceiros.

## 2. BALANÇO CONSOLIDADO

Consolidação de  
Contas  
2018   
Relatório de Atividades e de Gestão

# BALANÇO CONSOLIDADO

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL

ANO 2018

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	ANO 2018			ANO 2017
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	8 984 459,66	0,00	8 984 459,66	8 238 241,24
452	Edifícios	3 397 184,98	394 333,83	3 002 851,15	3 045 749,03
453	Outras construções e infra-estruturas	274 496 583,46	229 828 648,54	44 667 934,92	40 853 337,92
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	2 837 159,61	285 981,07	2 551 178,54	2 550 524,18
459	Outros bens de domínio público	3 138 257,02	761 416,18	2 376 840,84	2 368 356,13
445	Imobilizações em curso	6 139 782,02	0,00	6 139 782,02	10 425 143,54
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
		298 993 426,75	231 270 379,62	67 723 047,13	67 481 352,04
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	2 146 752,85	2 089 956,42	56 796,43	47 465,18
433	Propriedade industrial e outros direitos	502 250,25	307 095,34	195 154,91	204 836,83
443	Imobilizações em curso	32 668,10	0,00	32 668,10	32 668,10
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		2 681 671,20	2 397 051,76	284 619,44	284 970,11
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	151 228 851,20	0,00	151 228 851,20	151 886 044,23
422	Edifícios e outras construções	506 207 147,37	137 594 611,14	368 612 536,23	362 839 115,85
423	Equipamento básico	19 216 163,48	15 655 445,44	3 560 718,04	2 160 186,80
424	Equipamento de transporte	3 632 082,67	3 044 287,69	587 794,98	373 702,10
425	Ferramentas e utensílios	1 668 204,44	1 616 172,54	52 031,90	39 025,10
426	Equipamento administrativo	11 261 915,56	10 651 865,67	610 049,89	618 456,67
427	Taras e vasilhame	569,24	569,24	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	9 618 905,68	7 214 023,66	2 404 882,02	2 476 422,17
442	Imobilizações em curso	35 303 902,16	0,00	35 303 902,16	47 976 772,42
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	67 111,75	0,00	67 111,75	67 111,75
		738 204 853,55	175 776 975,38	562 427 878,17	568 436 837,09
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	1 360 690,00	10 000,00	1 350 690,00	1 350 690,00
412	Obrigações e títulos de participação	2 429 091,00	0,00	2 429 091,00	3 778 588,90
414	Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
415	Outras aplicações financeiras	8 264,08	0,00	8 264,08	3 774,92
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
		3 798 045,08	10 000,00	3 788 045,08	5 133 053,82
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	169 269,31	0,00	169 269,31	173 058,96
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
		169 269,31	0,00	169 269,31	173 058,96
	Dívidas de terceiros - Medio e longo prazos: (a)				
282	Empréstimos concedidos	16 213,79	0,00	16 213,79	16 213,79
268	Outros devedores	8 138 642,78	0,00	8 138 642,78	11 254 476,29
		8 154 856,57	0,00	8 154 856,57	11 270 690,08
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
281	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
211	Clientes c/c	715 460,67	147 063,47	568 397,20	382 472,67
212	Contribuintes c/c	758 802,94	752 479,96	6 322,98	147 175,56
213	Utentes c/c	357 036,27	137 663,16	219 373,11	205 235,55
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	2 783 736,36	2 781 083,21	2 653,15	198 867,79
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	880 970,22	0,00	880 970,22	880 970,22
24	Estado e outros entes públicos	212 921,93	0,00	212 921,93	5 990,16
264	Administração autárquica	299 573,85	0,00	299 573,85	299 573,85
262+263+267+268	Outros devedores	11 549 067,66	4 715 246,50	6 833 821,16	7 908 011,57
		17 557 569,90	8 533 536,30	9 024 033,60	10 028 297,37
	Títulos negociáveis:				
151	Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	38 980 678,71	0,00	38 980 678,71	36 941 829,45
11	Caixa	38 677,41	0,00	38 677,41	68 707,44
		39 019 356,12	0,00	39 019 356,12	37 010 536,89
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	39 549 884,25	0,00	39 549 884,25	38 424 796,51
272	Custos diferidos	280 246,25	0,00	280 246,25	274 437,26
		39 830 130,50	0,00	39 830 130,50	38 699 233,77
	<b>Total de amortizações .....</b>		409 444 406,76		
	<b>Total de provisões.....</b>		8 543 536,30		
	<b>Total do activo .....</b>	1 148 409 178,98	417 987 943,06	730 421 235,92	738 518 030,13

# BALANÇO CONSOLIDADO

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL

ANO 2018

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	ANO 2018	ANO 2017
	<b>Fundos próprios:</b>		
51	Património	478 433 225,41	478 538 982,09
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	0,00	0,00
56	Reservas de reavaliação	0,00	0,00
	Reservas:	0,00	0,00
571	Reservas legais	2 905 487,48	2 669 612,10
572	Reservas estatutárias	0,00	0,00
573	Reservas contratuais	0,00	0,00
574	Reservas livres	0,00	0,00
575	Subsídios	8 169 509,71	8 169 509,71
576	Doações	7 860 703,66	7 860 703,66
577	Reservas decorrentes de transferências de activos	0,00	0,00
	Outras Variações no Capital Próprio	0,00	0,00
59	Resultados transitados	31 297 510,95	26 962 689,61
88	Resultado líquido em exercício	4 908 791,35	4 644 188,94
		<b>533 575 228,56</b>	<b>528 845 686,11</b>
	<b>Passivo:</b>		
292	Provisões para riscos e encargos	7 454 256,16	3 839 589,97
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)		
2312	Empréstimos de Médio e Longo Prazo	40 423 765,83	48 182 753,97
2212+2214	Fornecedores c/c	0,00	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	58 821,97	91 336,79
268	Outros Credores	134 949,50	1 619 396,90
		<b>40 617 537,30</b>	<b>49 893 487,66</b>
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
2312	Empréstimos de Médio e Longo Prazo	5 231 997,79	5 121 842,11
2311	Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00
2211+2212+2214+2215	Fornecedores c/c	704 547,82	682 780,11
2213	Fornecedores - Cauções e Garantias	22 941,95	0,00
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	87 189,44	203 044,79
252	Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00
2611+2614+2615	Fornecedores de imobilizado c/c	106 372,82	106 880,55
2612	Fornecedores Imobilizado c/ cauções e garantias	3 461 908,55	3 640 535,62
2613	Fornec. Imobiliz. - Fact. Recepção Conferencia	44 960,76	53 065,22
24	Estado e outros entes públicos	504 000,99	532 067,15
264	Administração autárquica	0,00	0,00
262+263+265+267+268	Outros credores	977 020,17	1 190 227,42
217	Clientes e Utentes com Cauções	141 137,52	145 447,72
		<b>11 282 077,81</b>	<b>11 675 890,69</b>
	<b>Acréscimos e Diferimentos:</b>		
273	Acréscimos de Custos	8 403 959,29	7 644 541,17
274	Proveitos diferidos	129 088 176,80	136 618 834,53
		<b>137 492 136,09</b>	<b>144 263 375,70</b>
	<b>Total do passivo .....</b>	<b>196 846 007,36</b>	<b>209 672 344,02</b>
	<b>Total dos fundos próprios e do passivo .....</b>	<b>730 421 235,92</b>	<b>738 518 030,13</b>

ORGÃO EXECUTIVO

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

ORGÃO DELIBERATIVO

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

### 3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

Consolidação de  
Contas  
2018   
Relatório de Atividades e de Gestão

# DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

ENTIDADE GRUPO MUNICIPAL

ANO: 2018

CÓDIGO DAS CONTAS	DESIGNAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2018	2017
61	Custos e perdas		
	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		
	Mercadorias	24 306,23	27 192,64
	Matérias	806 718,97	794 305,33
62	Fornecimentos e serviços externos:	30 753 608,86	29 731 140,93
	Custos com o pessoal:	0,00	0,00
641+642	Remunerações	30 360 040,23	28 611 809,24
643a648	Encargos sociais	9 101 442,94	8 297 027,71
63	Transferências e subs. Correntes concedidos e prestações sociais	18 006 918,74	14 260 794,07
66	Amortizações do exercício	19 692 893,10	24 538 208,53
67	Provisões do exercício	211 281,84	188 244,61
65	Outros custos operacionais	2 159 440,67	1 398 342,37
		0,00	0,00
	( A )	111 116 651,58	107 847 065,43
68	Custos e perdas financeiros	798 309,61	901 092,90
		0,00	
	( C )	111 914 961,19	108 748 158,33
69	Custos e perdas extraordinários	8 923 017,24	7 087 936,78
	( E )	120 837 978,43	115 836 095,11
	Imposto sobre o rendimento do exercício	0,00	0,00
	( G )	120 837 978,43	115 836 095,11
88	Resultado líquido do exercício .....	4 908 791,35	4 644 188,94
	( X )	125 746 769,78	120 480 284,05
	Proveitos e ganhos		
	Vendas e prestações de serviços:		
7111	Venda de mercadorias	5 726,48	7 405,90
7112+7113	Venda de produtos	23 802,00	9 856,45
712	Prestações de serviços	22 440 731,10	21 780 696,80
72	Impostos e taxas	60 684 708,81	57 883 164,30
(a)	Variação da produção	0,00	0,00
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00
73	Proveitos suplementares	6 172,97	10 572,90
74	Transferências e subsídios obtidos	32 075 608,85	31 700 786,37
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	67 217,22
		0,00	0,00
	( B )	115 236 750,21	111 459 699,94
78	Proveitos e ganhos financeiros	267 226,77	84 186,55
	( D )	115 503 976,98	111 543 886,49
79	Proveitos e ganhos extraordinários	10 242 792,80	8 936 397,56
	( F )	125 746 769,78	120 480 284,05
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)	4 120 098,63	3 612 634,51
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)	-531 082,84	-816 906,35
	Resultados Correntes: (D - C)	3 589 015,79	2 795 728,16
	Resultado Líquido de Exercício: (F - E)	4 908 791,35	4 644 188,94

## 4. FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

Consolidação de  
Contas  
2018   
Relatório de Atividades e de Gestão

## RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL

ANO: 2018

Recebimentos			Pagamentos		
<b>Saldo da Gerência anterior</b>		<b>37 010 536,89</b>	<b>Despesas Orçamentais</b>		<b>121 782 713,12</b>
Execução Orçamental .....	32 823 272,36		Correntes .....	93 752 262,33	
Operações de Tesouraria ..	4 187 264,53		Capital .....	28 030 450,79	
<b>Receitas Orçamentais .....</b>		<b>123 736 617,10</b>	<b>Operações de Tesouraria</b>		<b>8 377 913,08</b>
Correntes .....	117 194 028,17		<b>Saldo para a Gerência Seguinte</b>		<b>39 019 356,12</b>
Capital .....	6 386 570,60		Execução Orçamental .....	34 777 176,34	
Outras .....	156 018,33		Operações de Tesouraria .....	4 242 179,78	
<b>Operações de Tesouraria</b>		<b>8 432 828,33</b>			
<b>Total .....</b>		<b>169 179 982,32</b>	<b>Total .....</b>		<b>169 179 982,32</b>

## ORGÃO EXECUTIVO

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## ORGÃO DELIBERATIVO

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## 5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Consolidação de  
Contas  
2018   
Relatório de Atividades e de Gestão



## **INTRODUÇÃO**

O Município de Matosinhos apresenta as demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade, relativas ao exercício de 2018, reportado a 31 de dezembro.

A Lei 73/2013, de 3 de setembro, estabelece o regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais, revogando a Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais), estabelecendo mudanças legislativas significativas relativamente à Prestação de Contas Consolidadas. O n.º 1 do art.º 75º refere que *“Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam conta consolidadas com as entidades detidas ou participadas”*.

Os art.º 75º e 76º, deste normativo legal, definem as regras, procedimentos, métodos e documentos contabilísticos a apresentar na consolidação de contas. Uma vez que no POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais) não se encontram definidos procedimentos contabilísticos foram adotados as orientações na Portaria N.º 474/2010, de 1 de julho, que aprova a Orientação n.º 1/2010, relativa à “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”. Sem prejuízo no disposto nessa portaria, o grupo de trabalho de apoio técnico na aplicação do POCAL (SATAPOCAL) emanou a 28 de abril de 2010 as instruções a seguir na consolidação de contas.

As notas do presente Anexo incluem as informações financeiras sobre os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação, mapa de endividamento de médio longo prazo, bem como os mapas exigidos pelo n.º 7 do art.º 75 da Lei 73/2013, nomeadamente Balanço, Demonstração de Resultados e Fluxos de Caixa Consolidados.




### **1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:**

#### **1.1 Entidades Incluídas na Consolidação**

**matosinhos****ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

2018

Do cumprimento no disposto no n.º3 do art.º75 da Lei 73/2013 – Regime Financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais e após análise às entidades suscetíveis de inclusão no perímetro de consolidação, surge o grupo municipal composto pelas seguintes entidades:

<b>ENTIDADE</b>	<b>SEDE SOCIAL</b>	<b>ATIVIDADE PRINCIPAL</b>	<b>% DETENÇÃO</b>
 <b>Município de Matosinhos</b>	Avenida D. Afonso Henriques, 4454-502 Matosinhos	Atividades desempenhadas no âmbito das atribuídas pela Lei 75/2013 de 12/09, nomeadamente na área da segurança, protecção civil e luta contra incêndios, polícia municipal, educação, saúde, ordenamento do território, cultura, protecção do meio ambiente e conservação da natureza, saneamento e resíduos sólidos, energia, comércio e turismo.	Entidade Mãe
 <b>Empresa Municipal - Matosinhos Sport MS, EEM, S.A</b>	Rua Nova do Estádio 244, 4460-381 Senhora da Hora	Planeamento, administração, gestão e manutenção dos espaços e equipamentos desportivos municipais, bem como a promoção e realização de atividades de animação desportiva e de programas municipais de fomento desportivo. Detida a 100% pelo município.	100%
 <b>Empresa Municipal - Matosinhos Habit MH, EEM.</b>	Rua Alfredo Cunha 99 1º, 4450-023 Matosinhos	Gestão patrimonial, social e financeira dos empreendimentos e outros fogos do património da Empresa e do Município. Promoção da conservação e da manutenção do parque habitacional privado, em sede designadamente de vistorias de salubridade. Detida a 100% pelo município.	100%

**Trabalhadores ao serviço por categoria em 31/12/2018:**

<b>Categoria</b>	<b>N.º Trabalhadores</b>		
	<b>Município de Matosinhos</b>	<b>Matosinhos Sport MS, EEM</b>	<b>Matosinhos Habit MH, EEM</b>
Administrador	-	1	1
Dirigente Superior	2	-	1
Dirigente Intermédio	41	5	4
Técnico Superior	419	18	27
Assistente Técnico	369	40	15
Assistente Operacional	1010	101	8
Informática	16	-	-
Polícia Municipal	30	-	-
Outros	25	-	4
<b>TOTAL</b>	<b>1.912</b>	<b>165</b>	<b>60</b>



### 3. Informações de procedimentos de consolidação:

Aplicar-se-á o método de consolidação integral, uma vez, que o grupo municipal consolidado é constituído por entidades detidas a 100% pela entidade mãe.

A entidade mãe (Município de Matosinhos) é a entidade responsável pela apresentação das demonstrações financeiras. Sendo ela que efetua as diversas conversões/ajustamentos da informação, dado que as outras entidades utilizam uma contabilidade diferente.

Extra contabilisticamente foram efetuados movimentos nas rubricas das demonstrações financeiras, tendo em vista a eliminação de transações recíprocas entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação. Todas as operações recíprocas foram eliminadas.

### 4. Informações sobre o Endividamento de médio e longo prazo

O grupo municipal apresenta o endividamento de médio longo prazo da seguinte forma:

Designação das contas	Município Matosinhos	Matosinhos Sport	Matosinhos Habit	Grupo Municipal Consolidado
Empréstimo de médio longo prazo	40.423.765,83€	€	€	<b>40.423.765,83€</b>
Fornecedores de imobilizado	€	20.659,84€	38.162,13€	<b>58.821,97€</b>
Fundo de Apoio Municipal	134.949,50€	€	€	<b>134.949,50€</b>
<b>TOTAL</b>	<b>40.558.715,33€</b>	<b>20.659,84€</b>	<b>38.162,13€</b>	<b>40.617.537,30€</b>

Daqui a quatro anos, o grupo municipal apresentará provisionalmente as seguintes dívidas a médio longo prazo:

**matosinhos**

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

2018

Designação das contas	Município Matosinhos	Matosinhos Sport	Matosinhos Habit	Grupo Municipal Consolidado
<i>Empréstimo de médio longo prazo</i>	30.524.560,79€	0,00€	0,00€	30.524.560,79€

## 5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros

Os saldos e fluxos financeiros (n.º1 do art.º 46º da LFL) da entidade consolidante e consolidadas resultam nos seguintes mapas, não se verificando operações entre a Matosinhos Sport e Matosinhos Habit.

Tipo de Fluxos	Câmara Municipal e MS - Matosinhos Sport, EEM									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no	Anulações no exercício	Pagamentos no Exercício	Saldo Final	Saldo inicial	Direitos constituídos no	Anulações no exercício	Recebimentos no Exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Subsídios (Subsídios à Exploração/Indemnizações Compensatórias)					- €					- €
Subsídios (Investimentos e Obras)					- €					- €
Outros (Abastecimento de Água no Período de Janeiro/2009 a Julho/2012 do Complexo Desportivo das Piscinas de Guifões)					- €		69 761,66 €			69 761,66 €
<b>Total</b>	- €	- €	- €	- €	- €	- €	69 761,66 €	- €	- €	69 761,66 €

Tipo de Fluxos	Câmara Municipal e MH - Matosinhos Habit, EEM									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no	Anulações no exercício	Pagamentos no Exercício	Saldo Final	Saldo inicial	Direitos constituídos no	Anulações no exercício	Recebimentos no Exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências (REQUALIFICAÇÃO CH)		820 701,51 €		820 701,51 €	- €					- €
Subsídios (CONTRATO PROGRAMA)		345 000,00 €		345 000,00 €	- €					- €
Outros					- €					- €
<b>Total</b>	- €	1 165 701,51 €	- €	1 165 701,51 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €



## 6. Informações relativas a compromissos

No balanço consolidado figuram todos os compromissos assumidos pelo município para exercícios futuros relativo às entidades consolidantes.

As entidades do grupo consolidado apresentam em 31/12/2018 as seguintes garantias prestadas a terceiros:

Entidade – Grupo Consolidado	Beneficiário	Descrição	Valor
Município de Matosinhos	ATA – antiga Direção Geral Contribuições e Impostos	Processo de execução fiscal n.º 1821201301141589	417.588,85€
	Instituto Biblioteca Nacional Livro	Candidatura referente à Biblioteca	53.870,17€
Matosinhos Sport	Direção de Finanças do Porto – Serviço de Finanças de Matosinhos 1	Processo de execução fiscal n.º 18212010010802499	1.881.556,16€
Matosinhos Habit	ATA – antiga Direção Geral Contribuições e Impostos	IRC 2003	181.059,48 €
		IRC 2004	159.942,44 €
		IRC 2005	233.146,30 €
TOTAL			2.927.163,40 €

## 7. Informações relativas a políticas contabilísticas

Os critérios valorimétricos adotados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e definidos no ponto 4 do POCAL, são os seguintes:

### 7.1 Imobilizado

Os ativos imobilizados do grupo municipal foram registados pelo custo de aquisição, deduzindo as respetivas depreciações e provisões. Nos casos em que não é conhecido o valor de aquisição, procede-se à devida avaliação, segundo os critérios adequados.



Nas amortizações foi aplicado o método das quotas constantes como definido no ponto 2.7.2. do POCAL (Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro).

### ***Investimentos Financeiros***

Quando à data do balanço tiverem um valor inferior ao registado na contabilidade, este pode ser objeto da correspondente redução, através da conta apropriada (provisão).

Os Investimentos Financeiros (partes de capital) foram contabilizados pelo custo de aquisição. Excepto quando à data do balanço tiverem um valor inferior ao registado na contabilidade, podem ser objecto de redução, considerando o Método de Equivalência Patrimonial, aplicando a NCRF 13 «Interesses em empreendimentos conjuntos e Investimentos em associadas», publicada no Aviso n.º15655/2009, de 7 de Setembro.

### ***Amortizações***

Método das quotas constantes, tal como vem definido no ponto 2.7.2 do POCAL (Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro), de acordo com a aplicação das taxas fixadas no classificador CIBE aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril e constantes do mapa de amortizações e provisões.

## **7.2 Locação Financeira**

A classificação das locações financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação financeira em que as entidades agem como locatárias são classificadas como locações financeiras. De acordo com este método o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo e a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na conta dividas a terceiros M/L Prazo, Fornecedores de Imobilizado. Os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

## **7.3 Existências**

As existências são valorizadas ao custo de aquisição, tendo sido adotado como método de custeio das saídas o método do custo médio ponderado.



#### **7.4 Provisões**

As provisões são calculadas com base no princípio da prudência e reconhecidas quando exista uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, em que seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Caracterizam-se como as principais situações as que se relacionam com cobranças duvidosas, obrigações e encargos derivados de processos judiciais em curso.

São calculadas de acordo com o estabelecido no ponto 2.7.1 do POCAL (Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro).

#### **7.5 Dívidas de e a terceiros**

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, sendo expressas em euros.

#### **7.6 Disponibilidades**

As disponibilidades de caixa e em depósitos em instituições financeiras exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, sendo os mesmos expressos em euros.

#### **7.7 Especialização do exercício**

No grupo consolidado municipal cada uma das entidades, registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios. As receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica "Acréscimos e Diferimentos".

### **8. Informações diversas**

#### **a) Comentário das rubricas «despesas de instalação» e «despesas de investigação e de desenvolvimento».**

No ano de 2018 registou-se na rubrica de despesas de investigação e de desenvolvimento a seguinte aquisição:



Ano 2018	Fornecedor	Descritivo	Valor
FAC 3495	INFORMA D&B SERVIÇOS DE GESTÃO DE EMPRESAS SOCIEDADE UNIPESSOAL LDA.	Aquisição de base de dados e relatórios das empresas do concelho referentes a 2016 e 2017.	3.843,75
FAC 6457	TISPT - CONSULTORES EM TRANSPORTES, INOVAÇÃO E SISTEMAS S.A.	Serviços para a elaboração de estudo para o desenvolvimento de uma proposta de rede para os transportes públicos de Matosinhos.	23.862,00
FAC 7039	ENGIMIND - CONSULTORES E ENGENHARIA E PLANEAMENTO, LDA	Contratação estudo de tráfego novo ramo de saída da A28 para a Av. Eduardo Torres no troço entre o Nó de Sendim e a rotunda AEP.	5.412,00
FAC 7125	PIXELDISTANCE - UNIPESSOAL, LDA.	Contratação de estudo de comunicação e imagem para os transportes públicos de Matosinhos.	8.320,95
FAC 7351	UNIVERSIDADE DO PORTO	Proposta de regulamento municipal e um relatório que fundamente a classificação do inventário municipal e as regras associadas a diferentes níveis de proteção e salvaguarda municipal a integrar no PDM.	9.225,00
FAC 7969	UNIVERSIDADE DO PORTO	Proposta de regulamento municipal e um relatório que fundamente a classificação do inventário municipal e as regras associadas a diferentes níveis de proteção e salvaguarda municipal a integrar no PDM.	9.225,00
<b>Total do ano de 2018</b>			<b>59.888,70</b>

b) Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respectivas amortizações, ajustamentos e provisões.

As rubricas do ativo imobilizado do grupo municipal, em 31 de dezembro de 2018, refletem os seguintes valores:

**matosinhos**

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

2018

**ATIVO BRUTO**

DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	REAVALIAÇÃO/ AJUSTAMENTO	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFERENCIAS	ABATES	DOAÇÕES E TRANSFERENCIAS DE/PARA OUT ENTIDADES	SALDO FINAL
<b>DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:</b>								
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	8.238.241,24		662.742,03		123.460,62	122.732,33	82.748,10	8.984.459,66
EDIFÍCIOS	3.397.184,98							3.397.184,98
OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	264.330.152,27		76.717,00		10.094.895,82	5.181,63		274.496.583,46
BENS PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTIST. E CULTURAL	2.809.420,47				27.739,14			2.837.159,61
OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	3.042.810,72				95.446,30			3.138.257,02
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	10.425.143,54		6.775.750,20		-10.849.705,87	211.405,85		6.139.782,02
ADIAANT. POR CONTA DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO								
<b>DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:</b>								
DESPESAS DE INSTALAÇÃO								
DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO	2.086.864,15		69.113,70			9.225,00		2.146.752,85
PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	413.536,60		97.224,19			8.510,54		502.250,25
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	32.668,10							32.668,10
<b>DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:</b>								
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	151.886.044,23		173.930,85	75.361,00	90.756,40	878.833,10	32.313,82	151.228.851,20
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	488.259.373,59		1.850.580,77		17.311.859,03	1.311.607,48	96.941,46	506.207.147,37
EQUIPAMENTO BÁSICO	17.145.814,65		2.112.682,77			42.333,94		19.216.163,48
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	3.305.136,44		334.602,87			7.656,64		3.632.082,67
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	1.642.477,71		26.130,11			403,38		1.668.204,44
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	10.832.987,13		440.243,42			11.314,99		11.261.915,56
TARAS E VASILHAME	569,24							569,24
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	9.412.906,97		231.999,99			26.001,28		9.618.905,68
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	47.976.772,42		4.554.579,85		-16.894.451,44	332.998,67		35.303.902,16
ADIANTAMENTOS POR CONTA DE IMOB. CORPÓREAS	67.111,75							67.111,75
<b>DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS:</b>								
PARTES CAPITAL	1.360.690,00							1.360.690,00
OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO	3.778.588,90					1.349.497,90		2.429.091,00
OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	3.774,92		4.489,16					8.264,08
<b>Total</b>	<b>1.030.448.270,02</b>		<b>17.410.786,91</b>	<b>75.361,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.317.702,73</b>	<b>212.003,38</b>	<b>1.043.677.996,58</b>



Os movimentos ocorridos no exercício, nas rubricas de amortizações, são os seguintes valores:

**AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES**

DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
<i>DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:</i>				
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS				
EDIFÍCIOS	351.435,95	42.897,88		394.333,83
OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	223.476.814,35	6.183.277,35	168.556,84	229.828.648,54
BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	258.896,29	27.084,78		285.981,07
OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	674.454,59	86.961,59		761.416,18
<i>DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:</i>				
DESPESAS DE INSTALAÇÃO				
DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO	2.039.398,97	50.557,45		2.089.956,42
PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	208.699,77	98.395,57		307.095,34
<i>DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:</i>				
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS				
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	125.420.257,74	11.674.150,47	500.202,93	137.594.611,14
EQUIPAMENTO BÁSICO	14.985.627,85	687.623,40	-17.805,81	15.655.445,44
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	2.931.434,34	112.853,35		3.044.287,69
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	1.603.452,61	12.976,68	-256,75	1.616.172,54
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	10.214.530,46	438.074,44	-739,23	10.651.865,67
TARAS E VASILHAME	569,24			569,24
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	6.936.484,80	278.040,14	-501,28	7.214.023,66
<i>DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS:</i>				
PARTES DE CAPITAL	10.000,00			10.000,00
OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO				
OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS				
<b>Total</b>	<b>389.112.056,96</b>	<b>19.692.893,10</b>	<b>649.456,70</b>	<b>409.454.406,76</b>

**c) Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.**

Não aplicável



**d) Montante dos ajustamentos de valor dos activos abrangidos na consolidação que tenham sido objecto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram.**

Não aplicável

**e) Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do activo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adoptados, e os respectivos preços de mercado.**

Não aplicável

**f) Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do activo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado.**

Não aplicável

**g) Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do activo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.**

Não aplicável

**h) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respectiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão.**

O grupo consolidado apresenta em 31/12/2018 as seguintes garantias prestadas a terceiros:

<i>Entidade – Grupo Consolidado</i>	<i>Beneficiário</i>	<i>Descrição</i>	<i>Valor</i>
<b>Município de Matosinhos</b>	Manuel Mota, Freitas & Teixeira	Aquisição de caloríferos catalíticos	60,00 €
	EDP Gás	Tanatório de Matosinhos	240,00 €
<b>TOTAL</b>			<b>300,00 €</b>

**i) Diferença, quando levada ao activo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas.**

Não aplicável.



j) Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades.

Designação	Município Matosinhos	Matosinhos Sport MS, EEM	Matosinhos Habit MH, EEM	Correcções/Anulações Consolidação	Total Consolidado
Vendas	29.528,48€				29.528,48€
Prestações de Serviços	14.135.899,94€	4.816.297,37€	4.142.485,49€	-653.951,70€	22.440.731,10€

k) Efeitos na determinação do resultado consolidado do exercício resultantes de critérios de valorimetria não previstos e decorrentes de amortizações e de provisões extraordinárias efetuados com vista a obter vantagens fiscais, quer tenham sido feitas durante o exercício ou em exercícios anteriores, bem como informações adicionais quando tal valorimetria tiver influência materialmente relevante nos impostos futuros do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Não aplicável.

l) Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos futuros;

Não aplicável.

m) Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respectivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial;

Remunerações	Entidade			Total
	Município de Matosinhos	Matosinhos Sport MS, EEM	Matosinhos Habit MH, EEM	
Órgão Executivo	193.889,52€	49.168,94€	49.248,18€	292.306,64€
Órgão Fiscalização	18.265,56€	5.904,00€	6.000,00	30.169,56€
Total	212.155,08€	55.072,94€	55.248,18€	322.476,20€



**n) Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento de inflação adoptados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação.**

Não aplicável.

**o) Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações.**

Não aplicável.

**p) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujo conteúdo não sejam comparáveis com os do exercício anterior**

Não aplicável.

**q) Demonstração de Resultados Financeiros Consolidada:**

<b>Código das Contas</b>	<b>Custos e Perdas</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>Código das Contas</b>	<b>Proveitos e Ganhos</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
681	Juros suportados	776.573,73€	880.227,47€	781	Juros obtidos	29.199,45€	44.729,41€
682	Perdas em entidades participadas	0,00€	0,00€	782	Ganhos em entidades participadas	0,00€	0,00€
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00€	0,00€	783	Rendimentos de imóveis	21.506,19€	21.392,81€
684	Provisões p/ aplicações financeiras	0,00€	0,00€	784	Rendimentos de participação de capital	207.284,87€	3.057,34€
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00€	0,00€	785	Diferenças de câmbio favoráveis	9,99€	0,00€
687	Perdas na alienação de aplicações tesouraria	0,00€	0,00€	786	Descontos pronto pagamento obtidos	0,24€	11,89€
688	Outros custos e perdas financeiros	21.735,88€	20.865,43€	787	Ganhos na alienação aplicações tesouraria	0,00€	0,00€
	<i>Resultados financeiros</i>	-531.082,84€	-818.451,29€	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	9.226,03€	13.450,16€
<b>TOTAL</b>		<b>267.226,77€</b>	<b>82.641,61€</b>	<b>TOTAL</b>		<b>267.226,77€</b>	<b>82.641,61€</b>

**matosinhos**

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

2018

**r) Demonstração de Resultados Extraordinários Consolidada:**

Código das Contas	Custos e Perdas	2018	2017	Código das Contas	Proveitos e Ganhos	2018	2017
691	Transf. Capital Concedidas	3.817.996,24€	3.485.925,73€	791	Restituição de impostos	1.954,43€	0,00€
692	Dívidas incobráveis	0,00€	0,00€	792	Recuperação de dívidas	0,00€	0,00€
693	Perdas em existências	857,17€	1.255,90€	793	Ganhos em existências	4.763,23€	23.257,14€
694	Perdas em imobilizações	402.091,31€	1.683.547,03€	794	Ganhos em imobilizações	606.903,21€	57.200,00€
695	Multas e penalidades	296,85€	576,05€	795	Benefícios de penalidades contratuais	526.236,00€	738.720,74€
696	Aumentos de Amortizações e provisões	3.614.666,19€	0,00€	796	Redução de Amortizações e provisões	1.392.052,95€	790.163,59€
697	Correcções relativas a ex. anteriores	626.377,98€	405.203,59€	797	Correcções relativas ex. anteriores	849.491,88€	83.495,49€
698	Outros custos/perdas extraordinários	460.731,50€	1.522.624,18€	798	Outros proveitos ganhos extraordinários	6.861.391,10€	7.243.560,60€
	<i>Resultados Extraordinários</i>	1.319.775,56€	1.837.265,08€				
<b>TOTAL</b>		<b>10.242.792,80€</b>	<b>8.936.397,56€</b>	<b>TOTAL</b>		<b>10.242.792,80€</b>	<b>8.936.397,56€</b>

**s) Desdobramento das contas de provisões acumuladas:**

Código das contas	Designação	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de tesouraria	0€	0€	0€	0€
291	Provisões para cobranças duvidosas	9.856.784,50€	800.132,26€	2.123.380,46€	9.856.784,50€
292	Provisões para riscos e encargos	3.839.589,97€	3.614.666,190€	0€	7.454.256,16€
39	Provisões para depreciações de existências	0€	0€	0€	0€
49	Provisões para investimentos financeiros	10.000,00€ <sup>(1)</sup>	0€	0€	10.000,00€

**(1)** Valor relativo à participação financeira no LEIXÕES SPORT CLUB - FUTEBOL, S.A.D., do Município.




**t) Bens utilizados em regime de Locação Financeira:**

Entidade	Descrição	Locador	Contrato N.º	Data Contrato	Valor Contabilístico (V. Líquido)
<b>MS-MATOSINHOS SPORT, EM</b>	Automóvel	Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Sociedade Financeira de Crédito	93875	06-01-2016	10.250,00€
<b>MH-MATOSINHOS HABIT, EM</b>	Automóvel	BPI Leasing	1561345400	14-07-2015	20.686,82€
	Equipamento	Santander Totta Leasing	211850	15-05-2011	13.376,90€
	Equipamento	Santander Totta Leasing	215857	15-12-2016	26.375,16€
<b>TOTAL</b>					<b>70.688,88€</b>

**u) Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas.**

Não aplicável.

## 6. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Consolidação de  
Contas  
**2018**   
Relatório de Atividades e de Gestão

## RELATÓRIO E PARECER SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

Aos Senhores Deputados da  
Assembleia Municipal de Matosinhos

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas do Município de Matosinhos ("Município"), relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2018, os quais são da responsabilidade do Órgão Executivo.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade do Município, bem como das principais entidades englobadas na consolidação, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal em vigor, tendo recebido do Órgão Executivo e dos diversos serviços e das entidades englobadas na consolidação as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2018, a Demonstração consolidada de resultados, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas. Adicionalmente, analisámos o Relatório Consolidado de Gestão do exercício de 2018 preparado pelo Órgão Executivo. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas Consolidadas que inclui uma ênfase.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório Consolidado de Gestão estão de acordo com as disposições contabilísticas e legais aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Sessão da Assembleia Municipal.

Desejamos ainda manifestar ao Órgão Executivo e aos serviços do Município e das entidades participadas o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 4 de junho de 2019

  
HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA.  
Representada por Carla Manuela Serra Geraldès (ROC n.º 1127)

## **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS**

### **RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

#### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Município de Matosinhos e subsidiárias (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 730.421.236 euros e um total de fundos próprios de 533.575.229 euros, incluindo um resultado líquido de 4.908.791 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Município de Matosinhos e suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

#### **Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### **Ênfases**

Conforme referido na introdução do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, na ausência de procedimentos contabilísticos de consolidação no POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das

Autarquias Locais) o Município de Matosinhos adotou o disposto na portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, que aprova a Orientação n.º 1/2010, relativa à "Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo". Adicionalmente, foi acolhida a sugestão do modelo de estrutura de anexo ao balanço consolidado e à demonstração consolidada de resultados constante das instruções emanadas pelo grupo de trabalho de apoio técnico na aplicação do POCAL (SATAPOCAL), emanadas em 28 de abril de 2010. A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.

### **Responsabilidades do órgão de gestão**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o POCAL;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

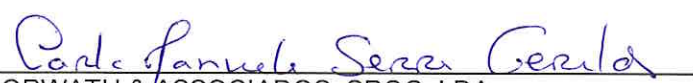
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 4 de junho de 2019

  
HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA.  
Representada por Carla Manuela Serra Gerales (ROC 1127)